

RETORNO PRESENCIAL

Dia 9 (5ª feira), às 10h, tem Assembleia Virtual. Venha discutir nosso enfrentamento aos ataques.

Última assembleia recusou o termo de responsabilidade de retorno ao trabalho presencial

A assembleia de quarta-feira (1) apontou a necessidade de mobilização para que a reitoria negocie com as entidades a política de retorno ao trabalho presencial e ações contra a PEC 32, que trata da Reforma Administrativa.

Apesar da manifestação do STU e do documento encaminhado à coordenadora geral da Unicamp, dia 25/08, com a posição da assembleia sobre o retorno ao trabalho presencial, a reitoria tem ignorado a discussão e encaminhado o processo de retomada sem as devidas garantias cobradas pelos trabalhadores.

Pior, fará uma celebração dia 13 para marcar o retorno, desconsiderando que ainda vivemos uma pandemia que mata

quase 1 mil pessoas todos os dias por Covid-19.

Não há garantias que a nova variante Delta, a mais grave em circulação, não se irradie pelo país. Para o STU o momento é de cautela e de luto, não de celebração.

E tem mais, a reitoria prepara uma nova portaria flexibilizando ainda mais as exigências sanitárias, como por exemplo, liberando o uso geral do fretado, alterando as regras sobre áreas ventiladas e convocando funcionários que estão no grupo de risco.

Reitoria ignora perigo de contaminação

O STU reafirma o documento aprovado em assembleia que orienta:

- Priorizar o trabalho remoto (virtual), até que a pandemia esteja controlada;

- **Não assinar nenhum termo de responsabilidade em relação ao retorno porque as relações de trabalho e as responsabilidades das partes já estão asseguradas no contrato de trabalho e na legislação trabalhista;**

- Negociação Já dos termos do retorno ao trabalho presencial.

Defendemos que a Unicamp garanta todas as condições sanitárias para que o retorno seja gradual e seguro, sem flexibilização das regras sanitárias.

Venha pra **Assembleia Geral Virtual dia 9 (5ª feira), às 10h**, discutir a nossa mobilização contra esses absurdos.

PRECISAMOS PRESSIONAR OS DEPUTADOS A SE POSICIONAR CONTRA OS ATAQUES



Apesar da resistência dos servidores a PEC 32 (Reforma Administrativa) avança. Foi apresentado o parecer do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), e como é uma alteração constitucional necessita de 2/3 dos votos para aprovação na Câmara dos Deputados.

A previsão é que a PEC 32 seja votada entre os dias 14 e 16, por isso, as entidades farão uma Jornada de Luta nesses dias.

Nossa assembleia aprovou o apoio à mobilização e os trabalhadores interessados em ir a Brasília devem procurar o STU.

Os demais servidores devem intensificar a campanha virtual pressionando os deputados indecisos. Acesse a plataforma “Na Pressão” [napressao.org.br/campanha/digam-nao-a-reforma-administrativa] e envie mensagens automáticas por WhatsApp, Facebook, Twitter ou E-mail aos parlamentares cobrando a derrubada desse projeto nefasto.

Entidades que defendem os serviços públicos, como a Fasubra, estão construindo uma agenda conjunta com lives, atos, debates e manifestações.

Na quarta-feira (8), às 20h, tem transmissão ao vivo do ato show com a participação de parlamentares e artistas como Zeca Baleiro. Não vai perder!

Greve marcou luta contra PEC

Dia 18/08 os servidores públicos de todo país fizeram a Greve Geral contra a PEC 32, do governo Bolsonaro que acaba com a estabilidade e uma série de direitos do funcionalismo público.

O STU e a Adunicamp realizaram um ato semipresencial em frente à reitoria acompanhando a Plenária Conjunta organizada pelo Fórum das Seis.

Na parte da tarde, o Bloco do STU se juntou às demais categorias de trabalhadores no centro de Campinas para a manifestação por direitos organizada pelas centrais, partidos, movimentos sociais e frentes populares.

Excluídos/as ocuparão as ruas pelo Estado Democrático de Direito



Dia 7 de setembro, a partir das 9h, no Largo do Rosário, tem o 7º Grito dos/as Excluídos/as de Campinas e Região.

O Bloco do STU vai às ruas, mais uma vez, contra a PEC 32, os cortes na Educação, o PLC 26 do Doria, o confisco

dos aposentados e pensionistas e os ataques à democracia. Integramos a luta pela vida, o auxílio emergencial digno, a vacina para todos e a demarcação das terras indígenas.

O país atravessa uma crise sanitária e

político-econômica com aumento do preço de alimentos e tarifas públicas (água, energia elétrica, transporte etc.), além do desemprego.

Daí a importância da luta “por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já!” e pelo Fora Bolsonaro.

A orientação é ocupar às ruas protestar respeitando as regras sanitárias ou reforçar as mobilizações virtuais participando das lives e Twittaços.

Fique de olho no Facebook da Fasubra onde vai rolar uma cobertura exclusiva dos atos dos servidores no país inteiro.

O Grito dos/as Excluídos/as existe desde 1995. E o STU participa desde a sua origem.

O Grito é um dos atos mais histórico e importante para os que defendem a democracia e a vida.

Junte sua voz ao Grito dos/as Excluídos/as, participe do Bloco do STU.

HC ainda tem muito desrespeito com trabalhadores da Enfermagem

O STU tem cobrado o HC sobre os espaços de descanso por andar.

Diferente do Caism, lá a Administração tem se empenhado em conseguir áreas para o descanso da Enfermagem, mesmo que estejam longe do ideal.

Essa realidade é bem diferente da equipe médica onde todos os espaços utilizados pelos médicos existem e possuem boa estrutura.

Não bastasse isso há ainda muito desrespeito com a Enfermagem.

No 4º andar do HC, onde funciona a Pediatria, os trabalhadores utilizam uma sala pequena disponibilizada para o descanso de toda equipe de Enfermagem do setor.

Como são muitos funcionários, eventualmente acabam improvisando na utilização de uma sala de aula/reuniões como local para o descanso devido às diferentes rotinas entre enfermarias a fim de não incomodarem os colegas naquele momento único e curto de descanso durante o plantão.

Nesta semana ocorreu um fato que não é muito inusitado na Área de Saúde, também no 4º andar.

Uma das salas foi adaptada e passou a ser utilizada para descanso dos médicos e uma plantonista se incomodou ao perceber que alguns servidores utilizariam a sala ao lado e foi lá conferir. Para surpresa de todos, a sala de aula/reuniões foi devidamente trancada após reclamação da tal doutora.

Simple assim!

O que espanta os funcionários é que a utilização ou não da sala de aula para descanso (algo simples, corriqueiro e descomplicado) poderia ocorrer através de entendimento.

O ato de trancar a sala sem qualquer diálogo mostra uma atitude desrespeitosa, autoritária com os trabalhadores que ali estão dedicando atividade laboral e de pouca inclusão em espaços físicos da área hospitalar. Além de apontar as diferenças gritantes entre as categorias da saúde no que se refere a utilização de espaços físicos.

Um tratamento infantil e arrogante, que não se justifica. O que necessita é um posicionamento da chefia em relação a garantia de espaços adequados para ambos profissionais.

Crime contra a vida dos povos indígenas

Nossa assembleia manifestou apoio aos povos indígenas que vem sofrendo um duro golpe imposto pelo PL 490/2007, que trata do Marco Temporal.

Prestamos solidariedade à luta dos povos originários acampados em Brasília para acompanhar o julgamento, pelo Superior Tribunal Federal desse projeto. O PL 490 coloca em risco o direito à terra e à vida ao vincular o reconhecimento de uma área como território indígena, mediante a

comprovação de que esses povos ocupassem a terra na data da promulgação da Constituição de 1988.

Se aprovado será mais um ato de violência contra os povos indígenas, o meio ambiente e a democracia do país.

O STU é contra esse retrocesso que afronta os direitos constitucionais e a dignidade dos povos originários e ignora o processo histórico do nosso país de opressão, discriminação e expulsões violentas dos indígenas das suas terras.